

# África Centro-ocidental e os interesses coloniais: conflitos e negociações pelo tráfico de escravizados, séculos XVI e XVII

**Leandro Nascimento de Souza\***

nassoza@hotmail.com

## Resumo

Esse artigo tem como objetivo divulgar, de forma resumida, parte da história da África e sua relação com o Brasil, tema para ser discutido do ensino secundário ao superior, pois, apesar de a lei 10.369/03 estar em vigor, faz-se necessário ampliar as discussões e encurtar distâncias, trazendo a África para nossa história, seja do Brasil ou Pernambuco, proporcionando uma construção histórica com as devidas conexões. Analisando o contexto da formação e desenvolvimento da capitania de Angola e suas relações com os interesses Atlânticos nos séculos XVI e XVII, pode-se proporcionar o tipo de aprendizado e debate relevante para uma melhor compreensão das relações que formaram a sociedade brasileira. É o que pretendemos fazer neste artigo: trazer informações através de uma historiografia clássica, e levantar questões para se debater nos desdobramentos que este artigo possa proporcionar.

## Palavras-chave

América portuguesa; Angola; Tráfico de escravizados

*West-Central Africa and Colonial Interests: Conflicts and Negotiations for the Trafficking of Slaves, Sixteenth and Seventeenth Centuries*

## Abstract

*This article aims to summarize part of the history of Africa and its relationship with Brazil, a topic to be discussed from the secondary to the higher education, because although Law 10.369 / 03 is in force, it is necessary to expand the Discussions and shortening distances, bringing Africa to our history, whether from Brazil or Pernambuco, providing a historical construction with the proper connections. Analyzing the context of formation and development of the captaincy of Angola and its relations with the Atlantic interests in the sixteenth and seventeenth centuries, one can provide the type of learning and debate relevant to a better understanding of the relations that formed the Brazilian society. This is what we intend to do in this article, to bring information through a classical historiography, and to raise questions to discuss the developments that this article can provide.*

## Keywords

*Angola; Portuguese America; Traffic of enslaved*

*“Sem Angola, não há negros e sem negros não há Pernambuco.”*

Padre Antonio Vieira

## **Introdução: A expansão portuguesa na África e o tráfico de escravizados**

No século XV, houve um grande domínio dos portugueses nos mares, mas isso não representou que eles dominaram os territórios costeiros africanos. O relacionamento diplomático entre a Coroa portuguesa e os reinos, deu-se pela constatação de uma cultura marítima entre os africanos da Costa. As tentativas de conquista da então África ocidental, nos séculos XV e XVI, eram constantemente dificultadas pela frota naval africana que, embora fossem construções menos sofisticadas, se comparadas às europeias, funcionavam qualitativamente e suportavam de cinquenta a cem homens incumbidos de proteger a navegação de ataques estrangeiros. Nesse sentido, o estado português adotou uma política de negociação com os africanos, por meio de troca de favores do primeiro para com o segundo, de forma vantajosa para os africanos, dado o recebimento de taxas e outros benefícios regulados pelos reinos locais. Mas, nem sempre, a diplomacia foi respeitada pelos navegantes portugueses (THORNTON, 2004, p. 80-86).

Os povos da África ocidental, antes da presença portuguesa, mantiveram um ritmo econômico dinâmico, exceto os povos das florestas. No Sudão, surgiram grandes reinos e impérios criando uma longa rede de poder e de influências, controlando as rotas comerciais transaarianas entre a Costa da Guiné e as cidades comerciais na costa do Mediterrâneo. Nessa região do Magrebe, constituíram centros econômicos através de cidades comerciais, mercados e entrepostos nas rotas fiscalizadas pelos impérios. Os produtos eram dos mais

diversos, pois existiu produção de manufaturas controladas por associações de artífices, além dos produtos naturais como os minérios, tipos de vegetação e, sobretudo, escravos (KI-ZERBO, 2009, p. 210-221).

A escravidão existiu na África desde a antiguidade, os escravos foram utilizados no interior das sociedades, nas funções de criados, soldados e concubinas, mas também foram comercializados, principalmente no período da expansão muçulmana, a partir do século VII. Entretanto, a maior parte das sociedades africanas praticava a escravidão doméstica, caracterizada como uma forma de dependência pessoal. Em se tratando de pequenas comunidades, a escravidão servia para sustentar o número de componentes da família ou da linhagem, que em média tinha de um a quatro escravos. Em sociedades com características urbanas, como a dos iorubás e a dos hauçás, havia mais escravos do que naquelas basicamente rurais. A principal fonte de escravos foi a guerra; os derrotados tinham suas mulheres e crianças tornadas cativas. Além da guerra, os sequestros eram comuns. A escravidão também foi imposta como castigos penais por assassinato, adultério e roubo. Respalda-do em seu poder, um rei, um chefe ou mesmo um membro da família de maior respeito, tornava escravo alguém que lhe contrariasse ou ambicionasse um bem. Para se saldar uma dívida ou adquirir um empréstimo, não raro uma pessoa da própria família era entregue a outra comunidade para ser escravizada. Além disso, a fome, em consequência das grandes secas ou da perda da colheita por invasão de pragas, por muitas chuvas ou por incêndios, obrigava, para garantir a sobrevivência, a própria escravização ou a de um familiar (LOVEJOY, 2002, p. 133-133).

Com a colonização das Américas, um novo mercado surgiu para o comércio africano de escravos. As plantações de açúcar do Brasil e do Caribe expandiram progressivamente, demandando cada vez mais mão

de obra. A escravidão ameríndia teve vários problemas, primeiro a questão político-econômica em que a Coroa portuguesa incentivou a mão de obra de escravos africanos, pelo fato de ter muito lucro com as taxas e tributos no embarque e desembarque desses escravos nas duas costas do atlântico. Havia varias pessoas envolvidas na compra e venda de escravos africanos, e elas pagavam a tributação devida. Outro ponto importante é a questão religiosa, os eclesiásticos usaram a teoria bíblica de que os africanos eram amaldiçoados, sem almas, e que teriam que servir aos seus irmãos cristãos<sup>1</sup>, e os ameríndios seriam apenas selvagens que precisavam ser cristianizados. Essas são as principais justificativas para que a escravidão africana se desenvolvesse de uma forma ampla nos setores de produção açucareira (ALENCASTRO, 2000, p. 29-33).

Na região da Mina, onde D. João II mandou erguer o Castelo São Jorge da Mina, os portugueses tentaram obter alianças políticas e fomentar a evangelização, embora com resultados menos satisfatórios. Na região do Benim, os contatos foram mais profundos. A importância desse reino do interior era tal que D. João II enviou por duas vezes, em 1486 e 1487, uma embaixada chefiada por João Afonso de Aveiro. Teve como objetivos a fundação de uma feitoria, a promoção da amizade com Portugal e a preparação para uma futura evangelização naquela região, no que foi bem-sucedido por um tempo. No entanto, a melhor recepção aos marinheiros portugueses estava reservada para outra região, isolada até então da civilização europeia, o reino do Congo. O Congo foi contatado, pela primeira vez, por Diogo Cão, em 1483, o mesmo transportou para Lisboa uma embaixada deste reino africano, que presenteou D.

João II com peças de marfim e panos de palma (COSTA E SILVA, 2011, p. 309-315).

No Congo, os portugueses encontraram grandes mercados regionais, onde se fazia a troca de produtos como sal, metais, tecidos e derivados de animais. O interesse português se concentrava no comércio, principalmente de escravos, e no controle das minas. Os portugueses ofereceram apoio militar ao Mani Congo<sup>2</sup>, o que garantiria sua superioridade frente aos subordinados e inimigos de reinos vizinhos, reforçando seu poder e a administração centralizada. Depois da expedição de 1485, capitaneada por Rui de Sousa, seguiu para Portugal uma embaixada do Mani Congo, agradecendo os presentes e favores, comunicando a conversão, pedindo mais padres para o trabalho missionário. O rei do Congo anunciou ainda o envio de um embaixador ao papa para prestar obediência. No Congo, houve tentativa de criar instituições nos moldes portugueses; a monarquia congoleza semelhante à lusitana. Além da receptividade do rei do Congo, justificada pelo interesse de parte da aristocracia congoleza em usar o cristianismo contra linhagens rivais, o contato com esse reino singularizou para Portugal a abordagem pacífica e a importante penetração no interior do continente africano. O Regimento de D. Manuel I, codificado em 1512, estabelecia termos mais de cooperação do que de controle ou dominação entre a Coroa lusa e o reino do Congo (COSTA E SILVA, 2011, p. 359-370).

A partir de 1514, intensificou-se o tráfico entre Portugal e o Reino do Congo, o qual teve uma vasta conexão territorial, exercendo influência em grande parte dos reinos da África central. De acordo com os tratados comerciais, D. Afonso I do Congo sempre

<sup>1</sup>Essa teoria foi criada através de uma informação extraída da história de Cam, um dos filhos de Noé, que pode ser observada na Bíblia, em Gênesis, capítulo 9, versículos 18-29.

<sup>2</sup>Título do rei do Congo.

tentou manter um monopólio comercial de fornecimento de escravos, mas grande parte desses tratados eram desrespeitados pelos portugueses. Para adquirir maiores lucros, a partir de 1526, os colonos de São Tomé criaram novas rotas paralelas com os reis vizinhos do Congo, sobretudo a ilha de Luanda. Essa ilha tinha as chamadas nzinbu, conhas muito valiosas no comércio da região da África Central. O domínio de Luanda e a parte territorial no continente era exercido pelo reino de Ndongo no qual o rei se chamava Ngola<sup>3</sup>. O comércio entre São Tomé e a região de Ndongo se intensificou a tal ponto que, em 1548, o rei de Portugal, D. João III, proibiu o comércio na região de Ngola para preservar a aliança com o reino do Congo (COSTA E SILVA, 2011, p. 658-659).

Com a morte de D. Afonso I, em 1543, surgiram problemas na sua sucessão, a casa real se divide e os portugueses tentam influenciar na sucessão, apoiando o príncipe que governasse o Congo de acordo com os interesses lusos, sobretudo nas riquezas minerais e no tráfico de escravos. Os portugueses não tiveram muito sucesso, os novos governantes do Congo aumentaram a tributação no comércio e queriam criar um sistema próprio de transportes para comercializar direto com a Europa e o Novo Mundo. Portugal rejeita vender embarcações, o que fez com que o Reino do Congo iniciasse uma política de rompimento com as alianças comerciais lusas, procurando novos parceiros. Esse tipo de atitude fez com que Portugal procurasse novas regiões e novos aliados (COSTA E SILVA, 2011, p. 660).

Foi nesse momento que Portugal investiu na formação e desenvolvimento da Capitania de Angola. Uma região que ficou sob influência portuguesa

durante 400 anos, e que foi palco de diversos conflitos e negociações. Os interesses atlânticos, seja dos europeus metropolitanos, dos colonos europeus na América ou dos reinos da África-central, proporcionaram uma dinâmica atlântica<sup>4</sup>, principalmente o jogo de poder entre os colonos de Pernambuco e do Rio de Janeiro na disputa pelo tráfico de escravizados no século XVII, que é o objeto de estudo deste artigo.

## **A formação e o desenvolvimento da Capitania de Angola**

A partir de 1560, Paulo Dias de Novaes, neto de Bartolomeu Dias, teve a missão de embaixador aos reinos no sul do rio Zaire, levando com ele jesuítas com intuito de converter o monarca e sua gente no Reino de Ndongo. Chegando à corte, foi feito prisioneiro durante quatro anos. Por conta de um conflito entre o Ngola e um soba vassalo, oferece o socorro de Portugal convencendo o Ngola a permitir o seu retorno à Europa, mantendo os jesuítas como refêns. Passaram-se dez anos para que Novaes retornasse ao Ndongo, convenceu a corte portuguesa da conquista dos territórios à frente da ilha de Luanda, dando como justificativa as jazidas de prata, cobre e sal, alegando ainda conectar os dois oceanos por terra, do Ndongo às minas do Monomotapa, e ainda o aumento significativo de escravos para a produção açucareira no Brasil, que já estava em larga escala. Tendo como exemplo o seu fracasso inicial, convenceu a corte de que não tinha como converter os africanos ao cristianismo sem antes os dominar militarmente. D. Sebastião cria em 1571 a capitania de Angola, sem nenhum custo para Portugal,

<sup>3</sup>“Terras do Ngola”, palavra que os portugueses modificam para Angola, dando nome à região da capitania lusa na África Central.

<sup>4</sup>Para uma melhor análise dessa dinâmica e dos conceitos relacionados à “cultura marítima”, recomendamos ver obras recentes de Jaime Rodrigues e de Marcus Randiker.

pois os moldes da capitania estavam de acordo com o modelo dos exclusivismos privados das primeiras capitanias no Brasil. D. Sebastião deu concessão de terras que não pertenciam à Coroa portuguesa, e sim aos reis africanos. A capitania foi estabelecida do Rio Dande ao Rio Cuanza, e se estendia trinta e cinco léguas da costa (COSTA E SILVA, 2011, p. 662).

Chegando a Luanda em 1575 com um grande número de soldados, marinheiros, artífices, além de alguns jesuitas, Dias de Novaes tentou estabelecer a colonização portuguesa na África. De início, ele teve dois problemas: o primeiro é que já havia comunidades portuguesas em Luanda, advindas de São Tomé, grupos de comerciantes que não gostaram da ideia do donatário ser o senhor econômico de terras que já eram influenciadas por eles. Esses grupos se espalharam pela África Central, muitos deles indo para a corte de Ndongo, onde venderam informações valiosas sobre os portugueses recém-chegados. O segundo foi justamente o reino de Ndongo e seus vassallos, que não permitiram essa tomada territorial facilmente. Em 1579, Dias de Novaes e o rei de Ndongo entram em conflito, alguns dos vassallos do Ngola se aliaram aos Portugueses como Muxima, Cambambe, Quincunguela e Massangano (COSTA E SILVA, 2011, p. 663).

Dias de Novaes, assim que saiu da Ilha de Luanda e foi para o continente, investiu na construção de igrejas, casas e fortificações, evidenciando que tinha vindo para ficar e não apenas adquirir escravos, como acontecia na região desde 1526. Na política expansionista, Dias Novaes usou de grande violência, espalhando pânico entre as populações, decapitou os

chefes tribais que capturou, saqueou as vilas e as queimou. O Rei do Ndongo possuía um grande exército, e mesmo com o caos estabelecido por Novaes, o conflito teve perdas e ganhos para os dois lados. Com a União Ibérica em 1580, Felipe I de Portugal retira o privilégio de Dias Novaes, extinguindo a capitania hereditária, a qual Dias Novaes deixa de ser um donatário e passa a ser um funcionário real, ou seja, o governador, isso fez com que as ações de Novais fossem submetidas à autorização de Felipe I (SERRÃO, 1996, p. 144-145). Mesmo assim, Novaes não desistiu da expansão até a sua morte, em 1589, sendo substituído por Luis Serrão.

No período filipino, a “colônia de Angola”<sup>5</sup> obteve um modelo administrativo semelhante ao da América, sendo administrada por um governador, substituído a cada três anos, centrado na cidade de São Paulo de Luanda<sup>6</sup>; havia o conselho municipal, a câmara, e capitães militares que administravam as fortalezas e suas redondezas. Houve uma relação de vassalagem entre os sobas<sup>7</sup> e os governadores, e o tributo dessa relação era pago com escravos. O interesse filipino em manter a capitania vinha de notícias sobre grandes minas de ouro existentes na África Central, mas, depois de muitas investidas, a Coroa Ibérica certificou-se da falsidade das informações, diminuindo a expansão e preocupando-se em investir no tráfico de escravos (SERRÃO, 1996, p. 146).

No início do século XVII, a capitania de Angola passou por uma série de administradores interessados especificamente no tráfico de escravos, os

<sup>5</sup>Há um grande debate na historiografia a respeito da ocupação portuguesa na região de Angola. A historiadora Selma Pantoja alertou, em produção no fim do século XX, da fragilidade da colonização portuguesa em Angola e suas restrições de dominação. Recentemente, a historiadora Flávia Carvalho, debate a questão na sua tese “os homens do rei em Angola” defendida em 2013 na UFF. A autora nos alerta a respeito dos limites do que podemos chamar de “colônia portuguesa em Angola”, de que estaria restrito apenas a cidade de Luanda e proximidades, bem como as fortalezas no interior. Atualmente, no desenvolvimento do nosso doutorado, pretendemos analisar essas fronteiras efêmeras na capitania de Angola, e suas influências com os vários povos com quem os lusos tiveram contato, seja por conflitos ou negociações

<sup>6</sup>Fundada em 25 de janeiro de 1576.

<sup>7</sup>Chefes tribais na África central.

chamados governadores asientistas<sup>8</sup>, de acordo com Alberto da Costa e Silva :

*A galeria de retratos desses administradores é de provocar repulsa e tristeza. Aspiravam todas as riquezas de Goa, mas eram mandados, quase sem meios e com vencimentos insuficientes, para um porto calorento, sujo, insalubre cheio de poeira e mosquitos, onde se contavam as casas de telha e nada havia que alegrasse os olhos, exceto o mar. Desde a chegada, tinham que conviver com intrigas e perfídias. Uma politicalia vil enodoava tudo, conduzida por colonos velhacos, que escondiam passados criminais ou vergonhosos, por padres traficantes ou polígamos, por pés-rapados enriquecidos no roubo, por fidalgotes amargurados, ressentidos, frustrados, neuróticos e transtornados pela solidão ou pelas ilusões perdidas. Os governadores enroupavam com pretensões de grandezas o desencanto humilhante, não era aquilo que lhe haviam prometido ou com que tinham sonhado. Não demorava muito, se revelavam agressivos, mesquinhos, mandões, sorbebos, iraiscíveis, vingativos e tiranos. Tratavam a colônia como se fosse coisa deles, porém mais atento ao ganho de comércio de escravos, a que quase todos se dedicaram, do que ao bem comum (COSTA E SILVA, 2011, p. 419).*

Houve uma grande mudança no trato negreiro a partir da capitania de Angola. Anterior à expansão de Paulo Dias de Novaes, os reis e nobres africanos forneciam cativos aos navios, agentes, feitorias e lançados<sup>9</sup>, ou até mesmo os brancos foram adquirir escravos nos mercados. Com a guerra de expansão iniciada com Novaes, os africanos começaram a ser capturados pelos portugueses, cada campanha militar vitoriosa trazia consigo um grande número de

escravizados, atacava-se qualquer aldeia suspeita de ter simpatia com o inimigo. Esse tipo de trato negreiro eliminou parte dos intermediários, mas, além de ter sido um investimento de alto risco, pois morriam muitas pessoas, também teve um alto custo. Portanto os governadores do início do século XVII tentaram, pela força e pela catequese, submeter os reinos da África-central numa relação de vassalagem, adquirindo escravos através de tributos e relações comerciais. O grande problema da colônia de Angola para Portugal foi que as alianças com os reinos vizinhos não foram duradouras, pois os africanos também tinham seus interesses, que se chocavam com os dos europeus, principalmente pela questão da soberania da terra (COSTA E SILVA, 2011, p. 416).

Em 1611, o governador de Angola, Bento Banha Cardoso, através de um alto investimento da Coroa Ibérica, consegue estabelecer uma série de conquistas, submetendo 78 sobas, entre eles Anbundos e Inbangalas, alianças que, vez por outra, mudavam de lado, pois o reino de Ndongo continuava resistindo.

Grandes desafios teve o governador Luiz Mendes de Vasconcelos em 1617: estabelecer e manter a paz na região, combater o tráfico ilegal e a corrupção na própria administração régia. O mesmo chegou com pretensões de ser o vice-rei da África, mas acabou utilizando-se das práticas comerciais ilícitas dos antecessores. Conseguiu estabelecer a paz através de tratados comerciais com o Rei de Ndongo, Ngola Mbande<sup>10</sup>. Essa paz não durou muito tempo, pois Mbande queria controlar o comércio favorecendo-se com os tipos de produtos e tributos negociados com os lusos. Esse desentendimento retomou a guerra,

<sup>8</sup>Asiento foram licenças ou concessões vendidas pela Espanha a negociantes de escravos na África Central, na sua maioria de famílias portuguesas.

<sup>9</sup>Agentes na sua maioria formados por mestiços, os lançados ou pumbeiros trabalhavam negociando com os chefes tribais ou reis africanos. Durante um tempo, internavam-se no interior da África-central, trocavam os escravos por tecidos, vinho e objetos de quinquilharias, voltando com uma centena de escravos para serem negociados com os agentes no litoral africano.

<sup>10</sup>Chega ao poder eliminando os outros pretendentes à sucessão, sobretudo um filho de sua irmã Nzinga.

Mbande possuía um grande exército, mas Vasconcelos conseguiu estabelecer uma série de alianças militares e conseguiu chegar a Cabaça, o centro do reino. O rei Mbande foge, e o seu palácio foi incendiado, mas, por conta das chuvas e doenças que assolaram as tropas, Vasconcelos foi obrigado a retornar para Luanda, e retomar as negociações de paz, mas uma vez fracassadas, a guerra retornou em 1620. A guerra gerou uma grande crise no tráfico de escravos, sendo um desafio para o próximo governador (COSTA E SILVA, 2011, p. 420-426).

Em 1621, o governador João Correia de Souza tentou estabelecer a paz com Mbande, que mandou sua irmã Nzinga<sup>11</sup> como embaixadora nas negociações. Desde o início, Nzinga propôs tratamento de igual para igual, sem relação de vassalagem, estabelecendo uma certa paz entre o Ndongo e a capitania de Angola. O governador enfrentou outros problemas, como o tráfico ilegal, e também as várias resistências dos outros reinos nas regiões próximas, que saqueavam colonos nas regiões fronteiriças.

Nzinga, em 1624, executou um golpe e assumiu o reinado de Ndongo. Acusada de envenenar Mbande e de eliminar os outros pretendentes, aliou-se aos Jagas e assumiu a política antilusitana. Através de sua rede de comunicações, incentivou os negros em Luanda e as várias tribos vizinhas a se rebelarem contra os portugueses e se aliarem a ela. Nesse mesmo ano, o governador Fernão de Souza declara guerra contra Nzinga, a qual durou todo o seu mandato. A guerra se estabeleceu entre perdas e ganhos, alianças e rompimentos, até 1629, quando as tropas lusas encurralaram Nzinga, sendo ela vencida mas não

capturada. Nesse momento, assumiu em Ndongo o Ngola Ari, batizado de Felipe, declarado rei do Ndongo, que governou de acordo com os interesses lusos.

No início de 1630, Nzinga se aproveitou de uma crise dinástica no reino de Matamba e com seu exército invadiu-o e proclamou-o soberano, tornando o reino poderoso e antilusitano. Esse reino se tornou um grande incômodo para a capitania de Angola, sendo um concorrente no tráfico de escravos, influenciando os outros reinos contra Portugal. Com a restauração portuguesa em 1640, a ordem de Portugal foi de negociar. Portanto D. João IV, em 1641, ordenou a devolução do reino Ndongo a Nzinga. Mas já tinha sido tarde, pois os holandeses invadiram Angola no mesmo ano (VANSINA, 2010, p. 663-664).

Os conflitos entre a capitania de Angola com o reino do Ndongo e seus vizinhos, como também com Nzinga, permitiram que o reino do Congo se reestruturasse, tornando-se um concorrente dos portugueses no tráfico de escravos, negociando no porto de Pinda com franceses, ingleses e sobretudo holandeses. Essa concorrência e a influência dos outros Estados europeus, fizeram com que a política do Congo fosse de monopolizar o tráfico de escravos na África Central, fazendo com que a capitania de Angola fosse um inimigo a ser eliminado. Em 1641, assumiu no Congo o rei Garcia II, que investiu no enfraquecimento da influência de Portugal na região. Com a chegada dos holandeses à África central todos os problemas dos portugueses serão potencializados (VANSINA, 2010, p. 664).

<sup>11</sup>Ginga, Njinga ou Jinga, foi convertida ao catolicismo, sendo batizada e ganhando o nome cristão de Ana de Souza.

## Holandeses na Capitania de Angola e a restauração de Salvador de Sá

As invasões holandesas na África tiveram início em 1598, na ilha de São Tomé, e foram acompanhadas de alguns fracassos, como as duas tentativas mal sucedidas de tomar os postos da ilha de Moçambique, em 1607 e 1608. E apesar de terem se fixado na Costa do Ouro, em Mouri, já em 1612, tiveram uma grande derrota na tentativa de tomar São Jorge da Mina, em 1625, como explica Luis Felipe de Alencastro “Neste mesmo ano de 1625, nas praias de São Jorge da Mina, atarantados pelo calor, 450 soldados da WIC foram degolados por cinquenta portugueses e novecentos akã. O revés diminuirá o ímpeto holandês na África” (ALENCASTRO, 2000, p. 209).

No dia 22 de Agosto de 1641, o Governador Pedro César de Menezes recebeu a notícia que haviam aparecido 22 naus flamengas na baía de Luanda. A esquadra do holandês Houtbeen contou com dois mil soldados e novecentos marinheiros vindos do porto do Recife. E Luanda, nessa época, não tinha forças que pudessem oferecer resistência a tal exército. Ainda tentaram resistir no forte do Penedo, mas sem sucesso.

A política implantada pelos holandeses em Angola foi de caráter indireto, estabelecendo acordos que visavam à cooperação, evitando ao máximo as guerras, vistas como revés ao bom andamento dos negócios negreiros na região. Muitos Sobas de territórios adjacentes aos territórios de Luanda consideravam a presença holandesa como uma alternativa em contraponto à presença portuguesa. Nesse mesmo momento, o então rei do Congo, Garcia II, escreveu para Maurício de Nassau no Recife, disponibilizando fortalezas e ou-

tras facilidades comerciais, ao mesmo tempo que anexava aos seus domínios vários territórios ao Sul do Congo. Apesar das críticas aos portugueses, Garcia deixou claro que permaneceria católico e que não aceitaria missionários, embaixadores ou colonos em seu reino. A força do catolicismo congolês superava as alterações políticas nos territórios da África-central, sobretudo para manter o prestígio e o apoio do bispado de Madrid e de Roma. Outro ponto desfavorável para os lusitanos foi a aliança entre os holandeses e a rainha Nzinga, que viu nessa conquista a possibilidade de obter vantagens comerciais, principalmente para enfraquecer o rei do Ndongo, Ngola Ari, vassalo dos portugueses (ALENCASTRO, 2000, p. 212).

Nesse momento, houve as várias negociações portuguesas para a retomada dos territórios que foram perdidos para os Países Baixos. Paralelamente, os colonos da América portuguesa agiram, pois o Sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, ficou sem abastecimento de mão de obra escrava vinda da África-central, sendo aí o tráfico monopolizado pelos holandeses através do comércio bipolar entre os portos de Luanda e Recife.

Por volta de 1646, o foco de resistência estava concentrado nos arredores de Massangano, que ganhou uma sobrevida com a chegada de Francisco de Souto Maior, em 1645<sup>12</sup>. Pressionados tanto pelo rei do Congo, Garcia II, quanto pela rainha de Matamba, Nzinga, os holandeses evitaram ao máximo o conflito aberto com os lusos, justamente pelo tratado de paz de dez anos assinado em 1641. Esse receio flamengo causou frustrações com os reinos locais que queriam expulsar de uma vez por todas os lusos da África. Quando Nzinga e Garcia II conseguiram planejar um ataque de grandes proporções a Massangano, a situação dos portu-  
gue-

<sup>12</sup>Em uma das lutas de resistência Souto Maior fez prisioneira a irmã da rainha Nzinga, D. Barbara, que já tinha sido prisioneira anteriormente.

ses em Angola foi revertida com a reconquista de Luanda por Salvador Correia de Sá em 1648.

A colônia portuguesa na América era a maior beneficiária do comércio de escravos vindos da África, essencial para manter em funcionamento os engenhos de açúcar no litoral. Com o monopólio comercial holandês no tráfico de escravos na África Central para o Novo Mundo, a partir de 1641, outras regiões do Brasil que não estavam integradas à ocupação holandesa ficaram prejudicadas, sobretudo a Bahia e o Rio de Janeiro, a primeira pela produção açucareira e a segunda pelo comércio de escravos para as minas de Prata na América espanhola, através do porto de Buenos Aires. Para contrariar essas adversidades e com o objetivo de reconquistar Angola e expulsar os holandeses, foi preparada uma expedição para reconquistar Angola. Para comandá-la foi nomeado Salvador Correia de Sá e Benevides<sup>13</sup>, que se tornou governador de Angola, de 1648 a 1651.

A reconquista foi dificultada não apenas pela peculiar situação diplomática em que se achava Portugal ante os Países Baixos, em guerra no Nordeste do Brasil, como pelas dificuldades econômicas em que o Reino se encontrava, na iminência da Guerra da Restauração, e pela logística envolvida. Nesse contexto, um dos principais interessados, foi Salvador Correia de Sá, que teve vários agentes comerciais envolvidos com o tráfico de escravos entre a África, o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Ele estava disposto a romper com o comércio bipolar holandês entre Luanda e Recife.

Apesar de entender que se devia levar a guerra aos holandeses em Angola, optou-se por celebrar um acordo diplomático para a restituição dos lugares ocupados. Anos antes, Salvador defendera que um acordo desse tipo seria a solução, tendo a ação do Padre Antó-

nio Vieira e do embaixador Francisco de Sousa Coutinho nos Países Baixos. Diante do pouco progresso obtido pela diplomacia, uma intervenção militar afigurou-se então como melhor opção tanto no Brasil como em Angola.

A armada de Correia de Sá saiu do Rio de Janeiro em fins de Maio de 1648, seguiu por mar até São Paulo de Luanda, onde aportou em agosto. Propôs aos holandeses que abandonassem a cidade, ocupada havia sete anos. Participou-lhes os motivos da sua vinda, as suas razões de queixa, declarando-lhes que como eles não respeitavam a paz, também ele não se julgava obrigado a deixar de infringi-la, e exigiu que se entregassem. Surpreendidos, os holandeses avaliaram erroneamente que havia uma supremacia do poder dos assaltantes, e pediram oito dias para tomarem uma decisão. Na realidade, desejavam tempo para que retornassem à cidade 300 soldados, ausentes no interior em busca de suprimentos. Salvador concedeu apenas três dias, e em 14 de agosto, fez desembarcar, a meia légua da cidade, 650 soldados e 250 marinheiros, deixando 180 nos navios (BOXER, 1973, p 279).

A reconquista de Angola resultou na rearticulação do abastecimento de escravos para a Bahia, e principalmente, o Rio de Janeiro, servindo como conexão para Buenos Aires e as minas de prata em Potosi. Salvador de Sá deu impulso a diversas medidas administrativas, favorecendo o desenvolvimento de Luanda. A expulsão dos holandeses na África Central inaugura uma nova fase na administração de Angola, marcada pela governança de homens extremamente vinculados aos seus interesses particulares enraizados principalmente na América portuguesa.

Conquistada a vitória perante os holandeses, o desafio foi retomar o tráfico de escravos, para tal, Por-

<sup>13</sup> Antes de restauração de Angola, Salvador de Sá foi Governador da Capitania do Rio de Janeiro de 1637 a 1642.

tugal teria que recuperar o seu prestígio e as alianças com os reinos da África central, principalmente o reino de Matamba, da Rainha Nzinga, e o reino do Congo, com o rei Garcia II, e os sobas de várias tribos que foram submetidos pela força ou por alianças políticas com relação de vassalagem. O período de quase oito anos de ocupação holandesa em Angola favoreceu a política antilusitana, pela qual os reinos dessas regiões se aliaram aos holandeses, e tinham como intenção expulsar os portugueses da África Central, com o intuito principal de serem os senhores no fornecimento de escravos diretamente com o Novo Mundo. Esse foi o desafio enfrentado pelos lusos nessa nova fase de ocupação em Angola, implantar uma superioridade política para eliminar os concorrentes no negócio negreiro.

Salvador de Sá tenta reverter os danos que os holandeses trouxeram para o Rio de Janeiro, logo tentando criar uma carreira de fornecimento de escravos Luanda-Rio-Buenos Aires, Salvador de Sá quis expandir o território para que, através da guerra, adquirisse o respeito e as alianças necessárias para recuperar o tráfico. Depois de expulsar os holandeses, as tropas de Salvador de Sá se voltaram para o continente. Para retomar o trato terrestre, combateu e degolou vários sobas, o que facilitou a entrada para o interior. Com o reino do Congo, Salvador de Sá conseguiu um tratado em que Garcia II teria que se retirar de alguns territórios, que foram dos portugueses antes da ocupação dos holandeses. Com o passar do tempo, esse tratado foi desrespeitado, o que trouxe vários problemas para os sucessores de Salvador de Sá em Angola.

Nos primeiros meses de Salvador de Sá como governador de Angola, ele enfrentou a força militar de Nzinga. Derrotada, a mesma foi obrigada a assinar uma trégua, pela qual repassou vários escravos em troca da sua irmã Cambo, que teve como nome cristão D. Barbara. Salvador de Sá não entrega a irmã de Nzinga, co-

mo também manteve as hostilidades ao reino de Matamba. A Coroa Portuguesa não autorizou essa empreitada pelo fato de que tinha um custo muito alto, além do que poderia deixar desprotegida a costa, onde havia várias ameaças do retorno dos holandeses e invasões de outros estados marítimos europeus. Esse propósito também foi apoiado pelos colonos remanescentes de Mas-sangano, que foram contrários aos interesses dos grupos vindo do Brasil. No último ano de seu governo, Salvador de Sá se alinhou às ordens régias e tentou estabelecer uma diplomacia de não agressão, negociando as questões comerciais, sobretudo no fornecimento de escravos (ALENCASTRO, 2000, p. 262-264).

Salvador de Sá deixou o governo de Angola em 1651, mas o seu sucessor, Rodrigo de Miranda Henriques, do qual foi muito próximo, teve o mesmo interesse na governança de Angola, ou seja, continuou as operações da reabertura da carreira Luanda-Rio-Buenos Aires, Esse governador conhecia bem as rotas da prata peruana e as negociações comerciais do Atlântico Sul, pois o mesmo já tinha sido governador da capitania do Rio de Janeiro, de 1633 a 1637. Segundo Luis Felipe de Alencastro, “esse movimento desemboca no avanço pelo litoral sul e na fundação da colônia de Sacramento” (ALENCASTRO, 2000, p. 271). Miranda Henriques, apesar de ter enviado alguns militares para castigar sobas inimigos nas regiões mais próximas de Luanda, manteve suas forças concentradas na costa de Angola. Reparou fortes danificados em Luanda e mandou uma esquadra a Pinda e a Loango, para combater um corsário holandês, melhorando as relações comerciais na região. Morreu aos dois anos de governo, sendo substituído por Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, que manteve a mesma política anterior (CADORNEGA, 1940, p. 72-77).

Em 1655, assumiu o governo de Angola Luiz Martins de Souza Chichorro, o mesmo que como capi-

tão-mor de Malaca foi conquistado pelos holandeses da Companhia das Índias Orientais em 1641 (ALENCASTRO, 2000, p. 272). Inteirou-se do negócio negreiro enquanto esteve na sede do governo geral do Brasil, em Salvador. No seu governo, retomou os conflitos com o reino do Congo, pois Garcia II não manteve os tratados da época de Salvador de Sá, criou grupamentos militares para ir combater os sobas aliados do Congo, mas recebeu ordem da Coroa para interromper a empreitada e continuar com as negociações fazendo uso de embaixadores para reafirmar o tratado de paz com Garcia II. É nesse momento que começam as divergências com relação ao reino do Congo, entre a Coroa lusa e os governadores de Angola. Outra ação militar de Chichorro foi combater os piratas holandeses na costa da África Central, diminuindo suas ações (CADORNEGA, 1940, p. 113-114).

O acontecimento de grande relevância e que trouxe consequências positivas para a influência portuguesa na região foi a nova conversão ao catolicismo da rainha Nzinga em 1656, pelos capuchinos italianos, sobretudo o Frei Gaeta<sup>14</sup>. Essa nova conversão possibilitou alianças entre Nzinga e Portugal, a qual, com o tratado de paz e cooperação, teve a sua Irmã D. Bárbara, que era ainda prisioneira dos portugueses, devolvida. Essa aliança foi fundamental para as ações militares dos portugueses na região, sobretudo contra o reino do Congo. Na sua saída no governo de Angola em 1658, Chichorro foi atacado por piratas holandeses na costa da Paraíba e acabou falecendo (CADORNEGA, 1940, p. 137).

## **Pernambuco em Angola: os mestres-de-campo<sup>15</sup> governadores**

Pernambuco, restaurado pelos colonos lusos em 1654, teve um problema agravante na questão econômica. A produção açucareira passou a sofrer a concorrência do mercado internacional, do açúcar produzido pelos holandeses na Guiana e nas Antilhas, fazendo com que, para manter um preço competitivo, tinha-se que diminuir os custos de produção, sobretudo nos gastos com a mão de obra escrava africana, que tinha aumentado consideravelmente de preço com as guerras atlânticas. Para tanto, em 1654, o negócio negreiro em Angola abastecia o comércio carioca, e era de fundamental importância para a produção açucareira em Pernambuco resgatar o comércio bipolar entre Luanda-Recife, como também utilizar ações que proporcionassem um aumento nos números e a baixa nos preços no mercado escravista.

Desde 1646 houve uma preocupação em Pernambuco com relação ao que acontecia em Angola. Martin Soares Moreno, Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira enviaram à Corte relatórios sobre os acontecimentos do Congo e de Angola, com informações de luandenses no Recife que tinham vindo como prisioneiros. Nesses relatórios, João Fernandes Vieira alerta a Coroa sobre as manobras de Salvador de Sá e de que seu interesse em Angola esteve restrito aos negócios peruleiros da prata. Segundo Vieira, isso poderia provocar uma investida Espanhola contra Luanda, já que, por conta dos conflitos atlânticos, houve uma grande crise internacional no mercado de escravos (ALENCASTRO, 2000, p. 259).

<sup>14</sup>O capuchinho italiano João António Cavazzi de Montecúccolo esteve em Angola, no Ndongo e em Matamba de 1654 a 1667, com a morte de Gaeta, foi confidante da rainha Nzinga, sua obra “Descrição história dos três reinos do Congo, Matamba e Angola”, apesar do profundo etnocentrismo do autor, para Cavazzi o reinado de Nzinga antes da nova conversão era um “verdadeiro” inferno, com transexualismo, haréns de rapazes, infanticídio, antropofagia, feitiçaria e luxúria.

<sup>15</sup>Mestre-de-campo é equivalente a coronel de infantaria, tem a jurisdição civil e criminal do seu terço com apelação ao general (BLUTEAU, 2000, p. 457).

Em 1654, o almirante Brito Freyre, que foi governador de Pernambuco de 1661 a 1664, tentou vencer a Coroa lusa do projeto de reconquista de São Jorge da Mina, e propôs o ataque logo depois da rendição holandesa, tendo o Recife como a base da saída da expedição (ALENCASTRO, 2000, p. 270-271). Apesar de a Coroa não aprovar o projeto, por questões de custo-benefício, ficou evidente a preocupação de Pernambuco com os acontecimentos na África e a necessidade de estar no controle do negócio negro.

Dois líderes do movimento de libertação, prestigiados perante a Coroa pelas ações militares na expulsão dos holandeses, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, arquitetaram a resolução desse problema comercial, usando a política de favorecimentos em favor do comércio Recife-Luanda, pois eram os maiores senhores de engenho de Pernambuco e Paraíba, e nada melhor para reverter o trato negro em seus benefícios do que sendo governadores de Angola, como nos mostra Luis Felipe de Alencastro:

*Cinco meses após a rendição holandesa no Recife, janeiro de 1654, João Fernandes obtém a sucessão de Chichorro na governadoria de Angola. Meses mais tarde, André Vidal de Negreiros, que tinha ido a Corte levar a notícia da retirada holandesa, recebe patente para suceder João Fernandes na governadoria de Angola (1661). No dia seguinte, além de honrarias e rendas concedidas a si e a sua parentela, Negreiros é nomeado para o governo de Pernambuco, 1657-60 (ALENCASTRO, 2000, p. 272).*

Foi muito conveniente que, enquanto João Fernandes Vieira governasse Angola, André Vidal de Negreiros governasse Pernambuco<sup>16</sup>, as duas costas atlân-

gicas com o mesmo objetivo, aumentar a produção açucareira através de uma bem sucedida forma de governar Angola baseada no trato negro.

Querendo controlar o mercado de escravos, João Fernandes Vieira realizou várias medidas para fortalecer militarmente a sua administração. Logo de início, ele colocou gente sua nos cargos administrativos e militares, ocasionando assim uma demanda de colonos pernambucanos para gerir seu governo, principalmente os militares que lutaram na expulsão holandesa (MELLO, 2000, p. 330-331), pois o interesse de Vieira era de expandir o território português no interior da África central, recuperar as alianças e submeter à maior ameaça que foi o Reino do Congo, além de tentar eliminar os intermediários no trato negro, pois, na sua perspectiva, não se negociava com nativos e sim os conquistava. Para tanto, os militares pernambucanos foram muito úteis, pois já tinham experiência em batalhas no ultramar. Vieira pede autorização à Coroa para transferir grande parte da artilharia tomada dos holandeses para Angola.

Entre suas medidas, estavam o fortalecimento da região já controlada, obras nos portos, ampliando seus cais, restauração e construção de fortalezas e ampliação do poderio militar. Após esse controle, teve início a expansão territorial, várias regiões foram reconquistadas e outras submetidas pela primeira vez. Conquistou a região de Ambaca, conseguiu a vassalagem das terras de Libolo e Quissama, recuperou o porto de Benguela, criou rotas terrestres seguras, recuperou o rio Cuanza e o trato salinero, além de iniciar negociações para aliança política com os guerreiros Jagas do reino de Matamba que foram governados pela rainha Nzinga. Essas conquistas arrecadaram um grande número de escravos para o Brasil, principalmente Pernambuco.

<sup>16</sup>Inicialmente, seu mandato seria de 1657 a 1660, mas, em 1660, Negreiros requer a Coroa que lhe mantenha no cargo até o fim do mandato do governador de Angola, João Fernandes Vieira, em 1661. (AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 620).

Suas medidas restauraram parte do prestígio português, que havia sido perdido no período holandês, e pela influência do Reino do Congo (SOUZA, 2013, p. 76-78).

Com o Reino do Congo, Vieira foi mais cauteloso, usou de muita negociação, pois esse Reino era reconhecido pela Santa Igreja Católica, tinha seu bispado próprio e muita influência com Roma e Madri. Nas negociações, Vieira exigiu o cumprimento dos tratados anteriores e, enquanto a resposta não vinha, atacou os vassallos fieis ao Congo. Depois de muitas ameaças de invasão ao território congolês, em 1659, Vieira conseguiu que o Congo cumprisse parte de acordos anteriores, principalmente na liberação de um grande número de escravos para Luanda, medida que o fez perder parte do apoio que tinha para uma invasão (SOUZA, 2013, p. 79-86). Outra medida importante de Vieira foi a denúncia do envolvimento dos jesuítas no tráfico negreiro, os quais se tinham tornado menos missionários e mais materialistas. Aliou-se aos capuchinhos e acusou os jesuítas de várias irregularidades, ocasionando sua excomunhão pela ordem da Companhia de Jesus (SOUZA, 2013, p. 88-95).

O reino de Angola em 1658 (MELLO, 2000, p. 449)

Com o fim do seu governo e sem seu principal objetivo conquistado, submeter o reino do Congo aos portugueses, Vieira teve a oportunidade de ter continuidade na sua política expansionista através do seu sucessor, André Vidal de Negreiros. Na sua chegada, em

1661, Negreiros passou alguns meses na companhia de Vieira, onde o mesmo fez questão de lhe passar todo o seu planejamento expansionista<sup>17</sup>.

Para Negreiros, também foi interessante a expansão para o interior africano, pois tinha feito vários acordos com Vieira, que tinha agentes envolvidos no tráfico. Além disso, também era um senhor de terras na América portuguesa, onde o sistema escravista era muito forte. Com isso, a política implantada por Vieira teve continuidade, só que desta vez o intuito maior foi a invasão ao Reino do Congo, submetendo-o a Portugal, aumentando ainda mais o controle sobre a região e o tráfico de escravos. Mas essa medida não foi fácil, pois a invasão tinha que ser justificada, principalmente em Roma. Para a igreja católica, o Congo era uma porta aberta para uma melhor entrada do cristianismo nessa região africana, uma vez que os próprios africanos a pregavam. Outro problema enfrentado por Negreiros foi a determinação de Portugal, de 1664, que cancelava as investidas militares no interior africano, dando prioridade à proteção da costa atlântica, sobretudo Luanda, pois havia muita ameaça de invasões por parte de outros países interessados no comércio escravista.

O governo de Negreiros<sup>18</sup> teve vários momentos de desentendimento com a Coroa portuguesa, principalmente pela sua insistência na invasão ao Congo. Utilizando o seu prestígio, ele seguiu em frente e usou de várias estratégias para criar justificativas de avanço militar no território congolês. Denunciou o Rei do Congo, Mulanza, por subtrair terras e metais preciosos de Portugal, e declarou refutação ao caráter cristão do Congo, relatando que o cristianismo era apenas uma fachada para agradar a Roma e aos cultos pagãos sem-

<sup>17</sup>Para se aprofundar no governo de João Fernandes Vieira em Angola ver: SOUZA, Leandro Nascimento de. *Conflitos e interesses Atlânticos na Capitania de Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661*. SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Número XIX, Ano X, Agosto. São Paulo, NEACP, 2017, p 146-169.

<sup>18</sup>Pretendemos realizar uma análise mais profunda do governo de André Vidal de Negreiros na Capitania de Angola no desenvolvimento do doutorado.

pre estavam presentes nos rituais cristãos. Essas denúncias foram chamadas de cisma dos cônegos congolezes, o que causou um grande descontentamento ao Rei Mulanza, o qual declara guerra a Angola portuguesa (ALENCASTRO, 2000, p. 291-292).

Com a guerra declarada por Mulanza, foi mais fácil para Negreiros ter o apoio que precisava, logo tratou de montar a estratégia para vencer a guerra contra o Congo. Uma grande vantagem para Negreiros foi a aliança com o Reino de Matamba, governado pela rainha Nzinga e os guerreiros Jagas. Vários conflitos se estenderam no interior africano, mas a guerra só teve seu desfecho com a batalha de Ambuíla, em 1665. O exército de Negreiro foi composto por tropas luso-afro-brasílicas. Adquiridas nos conflitos contra os holandeses em Pernambuco, na luta contra quilombos e até mesmo nos conflitos com indígenas, as táticas de guerrilhas brasílicas foram de fundamental importância para a vitória nesse conflito (CADORNEGA, 1940, p. 219-222).

## **Considerações finais: A coroa do rei do Congo**

Um fato inusitado aconteceu após a batalha de Ambuíla. André Vidal de Negreiros levou para Luanda a coroa do rei do Congo, e colocou-a aos pés de Nossa Senhora de Nazaré, para cumprir promessa pela vitória. A coroa foi dada a Garcia II pelo Papa, e Negreiros prometeu levá-la de presente para o rei de Portugal, e para isso pediu ao seu sobrinho Antonio Curado Vidal, que estava indo para o Recife, cumprir a promessa. Chegando ao Recife, a coroa desapareceu, foi surrupiada<sup>19</sup>. Apesar de a coroa ter sido feita em latão, tinha um

valor simbólico, e talvez seja a representação desse momento da África Central, no qual os interesses dos colonos na América portuguesa se tornaram o ponto forte da ocupação lusa na capitania de Angola e sua relação com a África central.

Foi justamente na segunda metade do século XVII, na prática política e militar de governadores advindos da América portuguesa que os números do tráfico de escravos para o Brasil aumentou consideravelmente. De 1626 a 1650, tem-se uma estimativa de que chegaram ao Brasil 50 mil africanos escravizados vindos da África; já de 1651 a 1675, a estimativa aumentou para 185 mil escravos e, a partir de 1675, os números só aumentam, chegando à estimativa do início do século XVIII em uma média de 16 mil escravos por ano (ALENCASTRO, 2000, p. 69). E foi justamente esse tráfico de humanos, em que africanos migraram forçadamente para o Brasil, que gerou a circularidade cultural que se tornou a base da formação da sociedade brasileira.

Nesse contexto, podemos realizar alguns desdobramentos para pesquisas futuras, a real influência das ações desses governadores ainda é algo a se debater. Talvez esse momento de interiorização das influências portuguesas na África central no século XVII pode ter sido o diferencial para a continuidade dos interesses lusitanos na região<sup>20</sup>, seguindo pelos séculos XVIII ao XX. Nesse momento do século XVII, houve um maior estreitamento entre a África central e o Brasil, transformando o oceano num rio, ou como Alberto da Costa e Silva chamou: “um rio chamado Atlântico”.

Com esse artigo, tivemos o objetivo de apresentar uma ponte para os que querem iniciar os estudos

<sup>19</sup>Pode-se encontrar as informações dessa situação nos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU-Angola-CU-001, Cx. 9, D. 71, 75).

<sup>20</sup>Apesar de as fronteiras serem efêmeras, as influências mudavam muito entre um período e outro.

e pesquisas em história da África. Esse texto nos proporciona a possibilidade de ampliar as pesquisas, ir além da diáspora, pois, através dessa história da ocupação portuguesa na África, bem como a chegada e interesses dos colonos portugueses da América no continente africanos, podemos analisar a história social africana, seus povos, sua diversidade cultural e suas estru-

turas de poder. Pois, compreendendo melhor o continente africano, sua diversidade e sua construção histórica, estamos dando um passo de grande relevância para analisar, de forma mais justa, a sociedade brasileira, sua formação e suas desigualdades, equilibrando as perspectivas sobre a história do Brasil e contribuindo para a valorização da nossa história e cultura afro.

## Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- BLUTEAU, Pe. Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.
- CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História geral das guerras angolanas, Tomo II*. Lisboa: Agência geral das colônias, 1940.
- COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2011.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra – I*. Lisboa: Europa-américa, 2009.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. São Paulo: Editora civilização brasileira S/A, 2002.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- MONTECÚCCOLO, Pe. João Antônio Cavazzi de. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. Volume 2*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volumes 2, 3 e 5. Lisboa: Editorial Verbo, 1996.
- SOUZA, Leandro Nascimento. *Uma experiência pernambucana em Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, dissertação de mestrado, 2013.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- VANSINA, J. *O reino do Congo e seus vizinhos*. In: OGOT, Bethwell Allan (org.). *História Geral da África Volume V*. Brasília: UNESCO. 2010.

## Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarico:

- a) Angola-CU-001, Cx. 9, D. 71, 75.
- b) Pernambuco-ACL-CU-015, Cx.7, D. 620.

Submissão: 31/05/2017

Aceite: 29/12/2017